

O NIILISMO POLÍTICO: CAMINHO PARA UMA RENOVAÇÃO DA DEMOCRACIA EM JOSÉ SARAMAGO

JAIME SÁNCHEZ NARANJO

Literatura e política

A obra de José Saramago contém um inegável precedente político, desde quando a militância muito cedo do escritor no partido comunista até seu soberano distanciamento. E no intervalo de estar e desaparecer uma participação incessante no âmbito público, local e mundial. A voz de José Saramago se caracteriza por denunciar e participar, através de seu acompanhamento, reflexão e crítica, sobre experiências de ordem política e social durante sua vida.

Resgatar a ação deste escritor e pensador do século XX, convida a ver em sua obra a dimensão prolongada de suas preocupações pela política e pela condição humana, circunstâncias que precisam uma atenta e renovada luz sobre estes temas, especialmente porque a política deve se situar inicialmente no cidadão e seus respectivos deveres; uma política em contramão ou de retorno ao ponto de origem da ordem civil: o cidadão. Este é quem forma e quem consolida o ideal social; se este é legitimado e valorizado, a política devém em participação construtiva de uma sociedade, do contrário, as possibilidades cívicas em tal âmbito, convergem na sinuosidade e confusão.

Em José Saramago emerge uma narrativa do compromisso e da responsabilidade cidadã, enquanto cada indivíduo supõe uma existência em meio de

outros, e essa reivindicação o exige e chama. Tal vocação traça um roteiro de autenticidade e soberania em seu tempo e espaço, por isso o apelo à resistência, à indignação, ao *não* – como resposta legítima – e à reivindicação da condição humana.

A crise política

O inconformismo e o pessimismo exposto por José Saramago ante o panorama político mundial foi explícito. A crítica sem dissimulação alguma aos governantes, às potências econômicas e à cidadania vão se formando com uma crueza lírica através dos textos: “La democracia está ahí, como un santo en el altar, y sólo tenemos que arrodillarnos a sus pies y rezar para que cuide de nosotros [...] Pero esta santa laica está cubierta de llagas, hiede y, por si fuera poco, es sorda” (GÓMEZ, 2011, p. 432). Este é o panorama inicial sobre o qual se forma o tecido democrático, pois expõe a participação de multinacionais e empresas com agentes influentes nas transformações do ideal social, afetando assim assuntos relacionados com o desenvolvimento, a sustentabilidade, os recursos e campos com a economia, o mercado, entre outros. O escritor Prêmio Nobel de Literatura expõe da seguinte forma: “Con la globalización, la OMC va a convertir todo en un gran mercado [...] El poder real no está en manos de los gobiernos, puesto que no es democrático. Los gobiernos no son más que unos comisarios del poder real: Coca-Cola, Mitsubishi, General Motors... Las multinacionales son las que gobiernan el mundo” (GÓMEZ, 2009, p. 513). E, uma das grandes inquietações de José Saramago em meio a essa penumbra política incapaz de mobilização ou alguma mudança, aparece na fatalidade da cidadania ausente, como um sistema vexatório: “¿Cómo evitar que quedemos nosotros, también inmersos en otra especie de blancura, que es la ausencia del sentir, la incapacidad de reaccionar, la indiferencia, la alienación?” (2001, p. 94). Em boa medida, a obra do escritor português é resposta a essa grande pergunta. Vida, obra, trabalho e voz são parte da intenção em não ser mais um tragado pela tirania de uma sociedade silenciada, adormecida e acomodada nas condições atuais do mundo. O cidadão é cobrado a ampliar o seu horizonte de consciência e então a perceber-se como parte de uma coletividade, aberto à crítica e distante de qualquer resignação.

O filósofo A. Negri relaciona estreitamente a crise política com o declínio ontológico; quem não exerce uma soberania sobre o eu e seu ser, quem não organiza e revê a dimensão pessoal e individual, não consegue lançar suas compreensões num contexto maior como a sociedade. Daí a importância em José Saramago de se perceber como indivíduo, capaz de uma razão própria e de uma vontade compreendida e compreensível entre os outros. A voz do filósofo corrobora:

La corrupción es simplemente el signo de la ausencia de cualquier ontología. En el vacío ontológico la corrupción se

vuelve necesaria, objetiva. La soberanía imperial florece sobre las proliferantes contradicciones que origina la corrupción; se estabiliza mediante sus inestabilidades, por sus impurezas y mezclas; se calma con el pánico y las ansiedades que genera continuamente. (2001, p. 212).

A viabilidade política parte então de um *plenum* ontológico, distante do seu vazio, é caracterizada essencialmente pela clareza do cidadão ao reconhecer-se sujeito de pensamento e ação. Em *Ensaio sobre a lucidez* os homens assumem um domínio de si, um domínio cidadão, nunca reduzido nem alienado ante os interesses do terrorismo político para o qual a cidadania encontra-se exposta na obra. A corrupção, o poder, o domínio são refreados com um *plenum* ontológico de responsabilidade, compromisso e dever; uma vez identificada a essência do ser diante dos outros urge uma compreensão múltipla para com o ser em si, para com os outros e o outro: “Las personas llegaron y llenaron la plaza, estuvieron media hora mirando en silencio el palacio cerrado, después se dispersaron y, unos andando, otros en autobuses, otros compartiendo coches con desconocidos solidarios, se fueron a casa. Lo que la bomba no había conseguido lo hizo la pacífica manifestación” (SARAMAGO, 2004b, p. 185).

O cidadão é político por antonomásia; nomeá-lo é reconhecê-lo como sujeito de direitos e deveres. Quem assim se mostra assume a diferença, a recusa a práticas sociais inviáveis, diz não, resiste às políticas comunicativas manipuladoras, aos vícios partidaristas e à aniquilação dos ideais. Como se lê no excerto de *Ensaio sobre a lucidez*, estes homens se dão a uma sociedade como se nesta não houvesse Estado, reconhecendo as decisões por suas próprias mãos. Este é o passo de uma cidadania coerente, uma formação cidadã e racional; os que se mobilizam, exigem, reclamam, mostram sua inconformidade e indignação: “el papel principal en la construcción de la democracia debe ser desempeñado por los actores sociales mismos y no por unas vanguardias o una *sanior pars*. Lo que lleva a definir la democracia como una cultura, más aún que como un conjunto de instituciones y procedimientos”. (TOURAINÉ, 2001, p. 276).

Sem se prender aos limites dos direitos humanos, pensará em um novo: a legítima opção pelo *não*, que, por sua vez, figuraria como um dos primeiros deveres, se existisse uma lista para os mesmos: “Para mí, está clarísimo que entre los derechos humanos de que tanto se habla, hay uno que no se puede olvidar: el derecho a la herejía, a elegir otra cosa” (2011, p. 497). Dizer *não* também conduz a ser responsável, a assumir uma postura individual e distanciar-se de toda manipulação.

As três obras de José Saramago – a saber, aquelas que denunciam com mais veemência o decréscimo atual do poder político: *As intermitências da morte*, *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, sendo a última a mais política de todas –

deixam uma mensagem explícita sobre a desfiguração do Estado e por trás da qual se camufla o tal sistema atualmente. Em cada uma das obras existem palavras para suspeitar acerca das intenções políticas. As máscaras usadas pelo poder e os governos projetam com frieza sua postura. Inicialmente os discursos carregados de termos específicos, muito deles confusos, barulhos técnicos com os quais os cidadãos estão familiarizados; em *As intermitências da morte* consta: “Enunciadas estas vaguedades pseudocientíficas, destinadas también a tranquilizar, por lo incomprensibles, el desbarajuste que reinaba en el país, el primer ministro concluía afirmando que el gobierno se encontraba preparado para todas las eventualidades humanamente imaginables” (SARAMAGO, 2005, p. 22). Um governo inquieto pelo escândalo, placebos midiáticos com os quais sai-lhe o passo a uma cidadania desentendida. Por outro lado, e não menos vil, um governo cego com uma população genuinamente política, tal qual se representa em *Ensaio sobre a lucidez*: “acabaremos forzosamente recurriendo a medidas drásticas, de carácter dictatorial, como sería, por ejemplo, suprimir por tiempo indeterminado los derechos civiles de los habitantes de la ciudad” (SARAMAGO, 2004b, p. 221). Finalmente, a repetição de uma mensagem do interior do manicômio em *Ensaio sobre a cegueira* reapresenta a miséria de um governo indolente, ao confinar centenas pessoas, ditando-lhes, noite após noite, a sentença de morte: “abandonar el edificio sin autorización supondrá la muerte inmediata de quien lo intente [...] en caso de incendio [...] los bomberos no intervendrán (SARAMAGO, 2004a, p. 63).

Como responder a estas circunstâncias? José Saramago nunca se declarou niilista, mas, sua proposta convida a uma reconfiguração política, na qual se avista um niilismo político, ou como no princípio se enuncia, uma política em contramão ou de retorno, apta para reconfigurar a dimensão do cidadão, sua atmosfera conjunta e a projeção legitimadora no poder.

Niilismo político

¿Qué significa el nihilismo?: que los valores supremos pierden validez. Falta la meta; falta la respuesta al “por qué”. (NIETZSCHE, 1981, p.33)

A compreensão política de José Saramago supõe abalar aos tradicionais linhas do sistema onde abundam a negligência, o poder, o elitismo e a corrupção. A última deve ser entendida em múltiplos sentidos, mas o que mais se repudia é o de usufruir dos recursos de uma nação e privilegiar os interesses pessoais ou de terceiros. Daí a reclamação dos que se queixam da política e de muitos que fazem da apatia o distanciamento de qualquer vínculo participativo.

Com esse panorama é propício apostar num niilismo político, ou como se escrevia antes, uma tendência política em contramão, capaz de devolver o sentido

próprio a esta categoria, considerando José Saramago como um esclarecedor de tal processo; um niilismo próximo às compreensões contemporâneas a partir das quais se adverte uma reconfiguração e transvaloração; as ideias de vários pensadores, incluindo o escritor lusitano, conduzem a pensar a imersão da política nesse caminho de superação.

A alusão ao niilismo político é parte da denúncia saramaguiana, articulada com o que alguns pensadores contemporâneos discorrem sobre o fracasso e a deslegitimação neste âmbito. Como mostra disso, Gianni Vattimo assim se pronuncia: “y que llamamos nihilista porque entiende la historia de la modernidad como un proceso de disolución, en múltiples niveles, de todas las estructuras fuertes: secularización de la tradición religiosa, secularización de la tradición religiosa, secularización del poder político, disolución de las ultimidades incluso en el seno del sujeto” (1996, p. 59). Se a política enfrenta tal fatalidade, as palavras finais que inspiram José Saramago a continuar seriam parte do epitáfio proposto para uma política desajuizada: “Lo que llamamos democracia comienza a parecerse tristemente al paño solemne que cubre el féretro donde ya está descomponiéndose el cadáver” (2011, p. 152). É importante então abrir as janelas a um niilismo político com o qual se derrubem os esquemas obstrutivos do poder, inoculadores da abulia social, permitindo em troca uma restituição do sentir social como reestruturação do indivíduo e da sociedade.

Portanto, este niilismo convida à fragmentação do ideal político, resultante de uma rescisão entre o significado, a realidade, o imaginário estabelecido e as experiências pessoais – socioculturais – de cada indivíduo. Esta intenção levaria entender em José Saramago alguém dotado de uma força socialmente ativa, onde o indivíduo é consciente de sua configuração social e vê a necessária relação com o outro e com os outros em tal construção. A política, portanto, emerge da consciência individual e imediata do outro a quem se reconhece. É importante esclarecer, que não é outro igual; é um copartícipe, mas com legítimo direito à diferença; isto é, este reconhecimento enriquece a convivência de uma comunidade. É o mesmo indivíduo que, ciente de seu dever social, resiste aos esquemas do terror, do medo, da injustiça e da desigualdade: “los calumniados e insultados blanqueros bajaron a ayudar a los vencidos de la facción adversaria, cada uno lo decidió por su cuenta y a solas con su conciencia, no se dio fe de ninguna convocatoria ni de consigna que fuera preciso recordar, pero la verdad es que todos bajaron a prestar la ayuda que sus fuerzas permitían” (2004b, p. 217). O mote dos brancos supõe a opção pelo voto em branco, como governo os pretende rotular; entretanto, são expoentes de um duplo exemplo: absoluta consciência e doação de todas suas forças.

Essas são as características expostas no primeiro romance político do século XXI: *Ensaio sobre a lucidez*. A sociedade, no caso citado, é uma só; o indivíduo não requer uma massa falante, ou outro que o guie ou ordene; cada indivíduo se comporta como parte de um organismo, mas a reivindicação e a participação

parecem articuladas; tal articulação permite que se comportem como uma sociedade unida e firme. Tal niilismo ressignifica o sentido de comunidade e leva cada um de seus integrantes a um reconhecimento impessoal dos outros, participando como coletivo consciente com ideais renovados. Maurice Blanchot, em seu texto *La comunidad inconfesable*, explica esse reconhecimento passado do indivíduo a outros, quando diz:

La comunidad, sea o no numerosa [...], parece ofrecerse como tendencia a una comunión, incluso a una fusión, es decir, a una efervescencia que no reuniría los elementos sino para dar lugar a una unidad (una sobreindividualidad) que se expondría a las mismas objeciones que la simple consideración de un solo individuo, cerrado en su inmanencia. (2002, p. 19)

Um niilismo político, ou uma política em contramão, articula a consciência do indivíduo sobre o entorno comunitário – *sobreindividualidade* – do qual participa, conduzindo por sua vez à maior integração, apropriação e compreensão do sujeito. Este é o ponto zero – de onde convergem as coordenadas – para nutrir a ideia de representação política democrática entre sujeito e sociedade, e sociedade e sujeito. Uma sociedade niilisticamente política se constitui a partir de uma oscilação entre a identidade individual e uma identidade global, de onde subjaz a indissolúvel relação com outros. O filósofo M. Heidegger corrobora com certa proximidade a esta compreensão quando diz: “El ser-ahí, en tanto que este ser-en-el-mundo, es juntamente un ser-con, un ser con otros; lo cual significa: tener ahí con otros el mismo mundo, encontrarse recíprocamente, ser con otros en el modo del ser-uno-para-otro”. (2006, p. 36). O ser de José Saramago padece um impulso similar pois não só atende ao cuidado de si, está exposto ao ser-com, prescrevendo com isso a vida, a humanidade, a continuidade do ser.

É uma sociedade onde persiste o indivíduo consciente de um grupo e por esse motivo, onde se assume o modelo dentro deste, reconhecendo falhas, problemas e dificuldades, mas modelando a vida desde a formação – convivência com outros – e a educação – razão –, recursos fundamentais para a defesa do humano no sistema democrático. A relação estabelecida entre os cidadãos se converte neste caso no bem mais respeitado; a adesão voluntária e sentida numa convivência partilhada, em que todos aportam, da qual todos se nutrem, mas da qual ninguém é dono.

A relação do indivíduo com a comunidade é manifestamente sutil; sua presença é pública, mas também se desvanece no mundo privado, e em ambos espaços harmoniza seu ser. Uma das personagens emblemáticas do romance saramaguiano mostra essa compreensão do ser e do dever: a mulher do médico em *Ensaio sobre a cegueira*. Esta personagem inexistente para a comunidade, pois todos

caem cegos, é a única pessoa capaz de ver em meio de uma cegueira branca; é ela quem suportando em sua carne o horror mais puro, depois de sua violação e o estupro massivo a que a são submetidas as demais mulheres, decide ultrapassar a lei do *não matarás*, cuidando assim das mulheres restantes e das pessoas presas no manicômio: “Porque si todavía tiene algún significado la vergüenza, en este infierno al que nos arrojaron y que nosotros convertimos en infierno de infierno, es gracias a esa persona, que tuvo el valor de ir a matar a la hiena en el cubil de la hiena” (SARAMAGO, 2004a, p. 253).

E Levinas destaca essa responsabilidade implícita no olhar do outro, com quanta maior clareza há de se mostrar esse rosto se aqueles com quem o indivíduo se encontra são seres vulneráveis: “Ser yo es siempre tener una responsabilidad de más” (1993, p. 78). Por essa razão, José Saramago conduz muitas de suas personagens a uma consciência total de si próprias, com os outros e com a vida. O ser político em José Saramago afiança um compromisso pessoal e coletivo; desde sua configuração social se sabe partícipe e compreende seu labor dentro da ordem geral. Sua atividade não se condiciona a uma escolha, tampouco tem como missão desestabilizar o sistema; num ir e vir percebe o papel do poder, joga as fichas dentro de seus limites – não limitações –, por isso propõe, raciocina, julga, reconhece, reprova, opina, denuncia, defende, critica. O niilismo político supõe, então, uma renovação das convicções sociais, começando pela vontade cidadã, confiando-o com cautela e cuidado a um Estado de garantias.

Niilismo cidadão

A proposta política de José Saramago está exposta em suas múltiplas obras e intervenções, onde recai especialmente sobre a responsabilidade cidadã. Nela repousa a tarefa democrática primeira de quem aceite o nome do cidadão. A democracia em Saramago inicialmente deve ser um ideal; todos encontrarão nela um referente de vida, que, por sua vez, não cessa de ser criticado se são evidenciadas falhas. Este ideal convoca a um compromisso por parte de toda a sociedade; sem o anterior, sem a crítica pertinente e sem uma cidadania convencida e formada para isso, o poder tenderá ao despotismo.

O escritor português recusa a concepção vazia do eleitor como forma de participação, se este se mostra passivo e frágil ante o poder. Esta atividade – sufragar – seria apenas superficial, ante o profundo exercício para qual é chamado todo cidadão, este que deve reivindicar, entre outras ações: manifestar, protestar, vigiar, defender, participar, atentar e denunciar as práticas daqueles a quem elegeu. José Saramago não aceita que o papel do cidadão seja apenas uma vez em tempos esparsos e posteriormente dissolva seu interesse político e por isso destaca: “Hay una cultura que falta instaurar, cultivar y desarrollar: la cultura de la participación. Hablo de una participación entendida de diversas maneras: política, social, cultural,

de todo tipo. La participación del individuo en la vida, en la sociedad, en su país, en el lugar donde está con relación a los demás” (GÓMEZ, 2009, p. 415).

Esta cultura a qual se refere o autor deve fazer frente à fragmentação do ideal social, onde o sujeito dificilmente se observa como integrante de uma comunidade, mostrando atitudes ou gestos alheios ao interesse coletivo. A atenção deste tipo de pessoa se fixa, ao contrário, em torno da competitividade, da produção e a agressividade imperante na sociedade, a qual Saramago chamou de *teocracia do mercado*.

O cidadão se vê envolvido por uma comunidade combativa na qual se reduzem as possibilidades, cada um tenta sobressair num meio dinâmico e em modificação, especialmente porque o cidadão parece inerme ante um poder oculto por trás da fachada política ao qual é subserviente: “las grandes compañías trasnacionales, pluricontinentales, que tienen todo el poder. No podemos esperar que los gobiernos hagan los próximos cincuenta años lo que no han hecho en los cincuenta que ahora estamos conmemorando” (GÓMEZ, 2009, p.416).

O dever do cidadão comprometido, segundo José Saramago, conduz à resistência, à postura inteligente da crítica, ao não questionamento e à oposição férrea ao poder em defesa da dignidade humana. Esta atitude abre caminho para uma comunidade como a representada em *Ensaio sobre a lucidez*: incansável, infatigável, pensante, ativa, inteligente e persistente. Uma cidadania comprometida é capaz de perguntar, investigar, analisar os projetos sociais, prever as repercussões econômicas, advertir a sustentabilidade, questionar e expressar-se. Tudo ao contrário disso é uma falsa política, pois esta deve começar no cidadão e neste há de culminar.

Um dos passos iniciais para a renovação política, e no caso de boa parte dos países ocidentais onde luze o interesse democrático, é o inconformismo social. O acovardamento do cidadão impassível e subserviente instaura o artifício das estruturas profundas do poder sempre imersas na complacência dos interesses privados e indiferente ante a ordem social. Não é a recusa *per se*, é a urgente transformação inicial do cidadão, quem imerso numa comunidade almeja sentir-se parte dela, para posteriormente converter tal sentimento em axioma cultural e derivar finalmente numa democracia participativa.

Daí a urgente necessidade de destronar a política como parcela de alguns – os que administram por seus interesses – para levá-la a ações individuais superiores à tradicional ideia de livre eleição implícita no voto. O que se distancia ou se abstém de sua participação, não se diferencia da mesma condição; daí o interesse de Saramago para que todo indivíduo inicialmente assuma os deveres correspondentes a suas atividades ou tarefas. “Ya no hay indignación espontánea, que es la buena, la verdadera indignación. Existe una enfermedad del espíritu: el mal de la indiferencia ciudadana. Todos estamos moralmente enfermos” (GÓMEZ, 2009, p. 506).

A indignação é uma das ações que mais move o mundo na atualidade. As pessoas reprovam as manifestações totalitárias dos governos, reprovam os atentados de grupos extremistas em muitos lugares do mundo, repudiam os interesses das macroeconomias e das potências mundiais; este sentir cosmopolita de indignação é parte do germen de uma cidadania sem fronteiras. Como mostra disso um dos movimentos sociais mais conhecidos nos últimos anos, o *Indignados*. A razão de seu nome parece está proposta em José Saramago. Numa entrevista particular ao amigo, e biógrafo mais conhecido do escritor português, Fernando Gómez Aguilera, perguntei sobre a relação deste movimento com o autor, que assim respondeu: “Acredito que, de fato, o discurso social crítico de Saramago e posições como as mantidas em *Ensaio sobre a lucidez* conectam plenamente e antecipam o mal-estar e os argumentos dos ‘indignados’”². Movimentos como estes estão gerando na cidadania a recusa pública de políticas hostis contra a sociedade, somado às ações midiáticas, protestos, campanhas e postas em cena para declarar o desacordo ante alguns dos problemas. Tais manifestações cobram multiplicidade de formas, desde reuniões massivas como as evidenciadas na primavera árabe ou o *ciberativismo* mundial, do qual recordemos os casos do *Wikileaks* e *Anonymus* (GIL CALVO, p.199). José Saramago compreende a cidadania, à maneira socrática, como o caruncho, capaz de atingir com sua insistência múltiplos grupos sociais:

Hemos de seguir manifestándonos una y otra vez. La única solución es decir que no queremos vivir en un mundo como éste, con guerras, con desigualdad, con injusticias, con la humillación diaria de los millones de personas que no tienen la menor esperanza de que la vida merezca la pena. Hemos de expresarlo con vehemencia y pasar días y días en la calle si es eso lo que hay que hacer, hasta que quienes detentan el poder reconozcan que la gente no es feliz (GÓMEZ, 2009, p.395)

A prioridade numa cidadania niilista parte de assumir valores e deveres para com os outros, dimensões esquivas na atualidade. Este homem não declina ante seus deveres, assume responsabilidades e assume a mudança como necessidade para a sociedade, endentando-a como uma extensão das fronteiras, onde existe uma séria reflexão sobre o espaço e o tempo atual, mas também uma participação constante como resposta a um mundo deslocado, onde os problemas e os males também se circunscrevem globais. A experiência própria e dos outros, especialmente porque reclama o respeito entre e pela humanidade em si.

* Tradução de Pedro Fernandes de Oliveira Neto.

Notas

¹ José Saramago expressa sua inconformidade com as máscaras do poder, declarando o seguinte: “En la falsa democracia mundial, el ciudadano está a la deriva, sin tener la oportunidad de intervenir políticamente y cambiar el mundo. En la actualidad, somos seres impotentes ante instituciones democráticas a las que ni siquiera conseguimos acercarnos”. (GÓMEZ, 2009, p.417).

² Correspondência eletrônica pessoal com Gómez Aguilera, segunda-feira, 22 de setembro de 2014.

Referências

- BLANCHOT, Maurice. *La comunidad inconfesable*. Madrid: Arena Libros, 2002.
- GÓMEZ AGUILERA, Fernando. *José Saramago en sus palabras*. Bogotá: Alfaguara, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. *El concepto de tiempo*. Madrid: Trotta, 2006.
- LEVINAS, Emmanuel. *Entre nosotros. Ensayos para pensar en Otro*. España: Pretextos, 1993.
- NIETZSCHE, Friedrich. *La voluntad de poder*. Madrid: Edaf, 1981.
- SARAMAGO, José. *Cuadernos de Lanzarote I*. Madrid: Alfaguara, 2001.
- SARAMAGO, José. *Ensayo sobre la ceguera*. Bogotá: Alfaguara, 2004a.
- SARAMAGO, José. *Ensayo sobre la lucidez*. Bogotá: Alfaguara, 2004b.
- SARAMAGO, José. *Las intermitencias de la muerte*, Colombia: Alfaguara, 2005.
- SARAMAGO, José. *El último cuaderno*. Bogotá: Alfaguara, 2011.
- TOURAINÉ, Alain. *¿Qué es la democracia?*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.